



APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ
IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO ALEMÃS

Ademir Valdir dos Santos¹
<http://orcid.org/0000-0002-5958-689X>

Ariclê Vechia²

¹ Doutor e mestre em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Professor associado do Centro de Educação (CED), Departamento de Estudos Especializados em Educação (EED), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: ademir.santos@ufsc.br

² Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo e Pós-doutorado em História Comparada da Educação pela Universidade de Coimbra (2004-2005). Professora aposentada da Universidade Federal do Paraná. E-mail: arikel@hotmai.com

Como referenciar este artigo:

Santos, Ademir Valdir dos; VECHIA, Ariclê. Apresentação do dossiê Imigração e colonização alemãs. *Revista Pedagógica*, v. 23, p. 1-10, 2021. DOI <http://dx.doi.org/10.22196/rp.v22io.6824>

A pesquisa sobre as ricas e diversas contribuições da imigração alemã para a formação do Brasil tem reunido esforços de estudiosos e diletantes de vários campos do conhecimento e filiações culturais. Conjuga obras já tidas como clássicos - sejam em língua alemã ou portuguesa, livros e coletâneas, artigos em revistas científicas especializadas e na imprensa, assim como produções artísticas de natureza variada e, há décadas, motiva simpósios, seminários e congressos, assim como constitui a essência de diversas manifestações populares.

Segundo nos indica Alves (1999), dedicada a investigações sobre a emigração alemã para o Brasil, o século XIX é considerado o momento da emigração europeia em massa, uma vez que somente dos Estados Alemães emigraram cerca de 5 milhões de pessoas, a maior parte para os Estados Unidos, outros vindo a se estabelecer em destinos tão diferentes entre si como o Canadá, a Austrália, a Argentina e, ainda, o Brasil.

A chegada das primeiras levas de imigrantes oriundos de territórios alemães à denominada Colônia de São Leopoldo, situada na Província do Rio Grande do Sul, datada de 25 de julho de 1824, é ratificada na historiografia como marco inicial da presença teuta em território brasileiro. A partir de então, outras colônias foram fundadas, espalhadas principalmente pelas remotas regiões meridionais

Já na vizinha Santa Catarina, a fundação da Colônia São Pedro de Alcântara, às margens da estrada Desterro-Lages, em 1º de março de 1829, marcou a instalação da primeira colônia alemã. Portanto, como afirma Willems (1980), a colonização em Santa Catarina começou pelo litoral, para depois seguir o curso dos rios mais importantes, como o sistema fluvial do rio Itajaí, onde está a maior área de ocupação alemã desse estado, à exceção do caso de Mafra, estabelecida em decorrência da penetração no sertão. Nesse ciclo, foram fundadas, dentre outras, as colônias de Blumenau, Dona Francisca e Hansa, Hamônia e Rio do Sul, mostras da irradiação da colonização alemã para as terras dos atuais municípios de Blumenau, Pomerode, Gaspar, Indaial, Joinville, São Bento do Sul, Ibirama, Rio do Sul, Presidente Getúlio, Corupá, Jaraguá do Sul, Guaramirim, só para citar alguns. Indo para o sul, tivemos colonizado o sistema do rio Tubarão, e chegando, devido à

penetração fronteiriça com o Rio Grande do Sul, à Chapecó e região do extremo oeste catarinense

Destarte, fato é que temos importantes registros da presença alemã advinda dos movimentos migratórios nos três estados sulinos, mas também em São Paulo, no Rio de Janeiro, no Espírito Santo e na Bahia, para citar algumas das regiões de recepção, o que não exclui dados de inserção das diferentes componentes de germanidade em outros pontos do território nacional.

Essa rica trajetória quanto à imigração e colonização alemãs é o objeto central do projeto **A Caminho de 2024 - 200 Anos - Migrações Alemãs para o Brasil**, iniciativa que consorcia instituições como universidades, faculdades e institutos de natureza diversa e pesquisadores, mediante o objetivo geral de

Criar possibilidades de reflexão crítica em todas as áreas do conhecimento para contribuir para a *práxis* político-cultural de uma memória e de uma história sobre a imigração germânica continuada para o Brasil, iniciada em 1824, e para recuperar a memória e a história cultural como ato político de construção de uma unidade humana não discriminatória e fundada no reconhecimento do papel humano da diversidade. (PROJETO..., 2018).

Nesse sentido, pesquisadores da Unochapecó e da UFSC, com apoio de outros intelectuais, propuseram à Revista Pedagógica - Unochapecó a associação ao projeto A Caminho de 2024 - 200 Anos - Migrações Alemãs para o Brasil, perante a proposta de apoiar a organização de um dossiê sobre a temática. Ratificam, desse modo, elementos da justificativa da iniciativa comemorativa, que buscam suportar a organização de atividades que rememorem o início do processo imigratório de estrangeiros, alemães, no Sul do Brasil, a partir de um conjunto de atividades que levem à pesquisa, ao registro e à divulgação de conceitos críticos sobre as migrações humanas de um modo geral.

Especificamente, em seus próprios termos, o dossiê agora referenciado se insere no conjunto de projetos tematicamente específicos e (sub)projetos que buscam contribuir para que novos conceitos sejam pensados e formulados e que tenham um efeito político, não meramente festivo ou autorreferenciado na construção de uma tradição – apenas folclórica – imaginativamente construída sobre a imigração e colonização alemã no Brasil. Quer dizer:

A intenção é, portanto, criar possibilidades de reflexão crítica em todas as áreas do conhecimento, de forma a contribuir para a *práxis* político-cultural de uma memória e de uma história sobre a imigração germânica para o Brasil, iniciada em 1824, que recupere o papel da memória e da identidade cultural para a construção de uma unidade humana não discriminatória, como não raro indicam as memorações e comemorações tradicionalmente organizadas e executadas sobre temas imigratórios. (PROJETO..., 2018).

Diante de tais premissas, *A presença de Mulheres em projetos colonizadores: vozes silenciadas e corpos sujeitados* matiza esse conjunto de pesquisas com a perspectiva de gênero. Focaliza o que os autores consideram uma experiência absolutamente singular nos processos migratórios que resultaram na implantação de uma região de colonização alemã, o Projeto Porto Novo, radicado no oeste de Santa Catarina na década de 1930.

Os autores nos convidam a refletir sobre os conflitos advindos dos embates associados aos fundamentos étnicos presentes na diversidade da composição populacional – mesmo que em meio à exaltação da nacionalidade alemã. Observam-se aspectos de base religiosa, vinculados ao progresso técnico-científico ou representados em festas, ritos e cerimônias, em meio a que se constrói uma historiografia que nega o caráter marginal tantas vezes vinculado à história das mulheres das frentes agrícolas “por meio da glorificação do papel masculino”.

Sob o título, *Crônicas da Congregação das Irmãs Escolares de Nossa Senhora: registros de uma trajetória missionária e educacional - Alemanha e Forquilha - SC (1935-1964)*, o artigo tem como foco a análise da atuação escolar das religiosas da “Congregação das Irmãs Escolares de Nossa Senhora” em Forquilha, Santa Catarina, na primeira metade do século XX. As autoras utilizaram como fonte principal, o livro “Crônicas do Colégio Sagrada Família”, que contém os registros das crônicas escritas pelas freiras da Congregação. As Crônicas descrevem em detalhes as vicissitudes pelas quais as “Irmãs” passaram desde sua saída da Alemanha, em 1935, até sua adaptação à realidade na Colônia Forquilha. Ainda em 1935, fiéis ao motivo de sua vinda ao Brasil, ali fundaram o Colégio Sagrada Família.

O livro *Crônicas II* revela em detalhes as vivências, as situações cotidianas, as sociabilidades, as inquietações da nova vida no Brasil. Mostra, ainda, os esforços das irmãs e de seus compatriotas para preservarem tradições alemãs em território nacional por meio da educação escolar e religiosa, com as festividades, os grupos de dança de cultura alemã,

os teatros, a leitura de livros no idioma alemão, entre outros mecanismos de preservação da cultura. Muito embora, depois de 1937 o Governo Vargas implantasse uma rígida Campanha de Nacionalização das escolas, as irmãs conseguiam burlar a fiscalização, continuaram ensinando aos seus moldes, visando manter vivos a cultura e o modelo de educação de seu país de origem.

Trazendo à luz um estudo do campo da História Religiosa, no texto *Imigração alemã e colonização no Segundo Império (1840-1889): constituindo a História Religiosa de Santa Catarina* os autores escrutinam as influências da imigração alemã na formação do sistema religioso de Santa Catarina entre 1840 e 1889.

Os resultados apontados levam em conta aspectos políticos, econômicos e socioculturais associados à colonização de porções do território catarinense com imigrantes alemães, mediante diversos arranjos históricos embasados nas ações de indivíduos e de coletivos. Nesse sentido, se vincula a emergência de uma infraestrutura à serviço da religiosidade dos diversos segmentos da população, sublinhando o antagonismo entre as práticas socioculturais de católicos e protestantes luteranos. Engendrou-se um sistema religioso que pode ser compreendido como fator de construção tanto da Província como do Império, constituindo um espaço público determinado, em boa medida, pela imigração e colonização alemãs.

Ainda no campo da História Religiosa, *Imigrantes Alemães Católicos em Curitiba: Cultura Escolar e Romanização* trata da estreita relação dos imigrantes alemães, quer católicos, quer protestantes, que se estabeleceram em Curitiba a partir de meados do Século XIX, com a educação e a religião. O artigo em causa procurou analisar em que medida a *Katholische Deutsche Volks-Schule zu Curityba* fundada em 1896, pelo padre alemão Francisco Auling, para atender os filhos dos imigrantes alemães católicos, se inseriu no processo de implantação do catolicismo romanizado no Brasil e, de modo particular, em Curitiba que vivenciava um forte movimento anticlerical por parte da intelectualidade paranaense.

Com base em documentação diversificada, em parte preservada no Arquivo Pró-memória do atual Colégio Bom Jesus, dentre elas, atas, fotografias, periódicos, diário do fundador, bem como a imprensa periódica de Curitiba, os autores procuraram desvelar a cultura escolar nutrida na *Katholische Deutsche Volks-Schule*. O estudo aponta que além da

preservação da língua alemã, o ensino do Catecismo e da História Sagrada, aliados às práticas religiosas regulares eram elementos fundamentais no cotidiano escolar. Portanto, é possível inferir que a oferta de uma preparação religiosa alinhada aos princípios do catolicismo romanizado constituía um dos pilares centrais que motivaram a fundação da escola e a manutenção do seu funcionamento. Esses elementos foram arraigados na escola de tal maneira, que marcaram profundamente a cultura escolar do seu sucessor, o Colégio Bom Jesus, até a Campanha de Nacionalização do período Vargas.

Podendo ser lido à luz da Antropologia da Alimentação ou mesmo da História da Alimentação, o artigo *Aspectos da educação informal na colônia Blumenau: o caso da língua Blumenau* aborda uma herança cultural associada às famílias de imigrantes alemães que chegaram à colônia Blumenau a partir de 1850: a hoje denominada língua Blumenau.

Nesse sentido, sua autora chama a atenção para os processos de ensino e aprendizagem envolvidos na produção desse secular item da alimentação, que é entendido como de caráter informal, na medida em que foi inicialmente perpetuado no âmbito familiar, mudando posteriormente para o mundo laboral formal. Portanto, eis mais uma prática educativa que nos é desvelada, calcada em peculiaridades de sabor étnico e que matizam o diverso contexto da imigração alemã e as contribuições teutas na formação societária brasileira.

A emblemática colônia de imigração e colonização alemã em Santa Catarina, Blumenau, também é o cenário do estudo *Formação de uma política linguística: a manutenção da Língua Alemã no currículo escolar em Blumenau-SC (2000 a 2004)*, nesse caso privilegiando aspectos históricos contemporâneos do processo de escolarização. Dada a centralidade da questão linguística na formação da identidade dos grupos humanos, encontramos uma contributiva análise do modelo de “política linguística educacional” proposto pela administração desse município, que buscou a manutenção da língua alemã no currículo escolar. Nesse sentido, uma prática do tempo presente que tem suas origens com a introdução dos imigrantes falantes do alemão (e de diversos dialetos) a partir do século XIX.

Os resultados problematizam a complexidade que está associada ao tratamento das línguas de herança no âmbito das políticas educacionais. Há conflitos que permanecem

e atravessam o ambiente escolar, centrados nos debates sobre o multilinguismo e a pluralidade das populações e comunidades de fala que conformam a sociedade local.

Em *Lehrerseminar e Lehrerprärande: a formação de professores e o ideário moderno educacional para o país (1909-1938)*, os autores se dedicam à formação de professores no ambiente teuto-brasileiro, questão candente do ideário de configuração de um multifacetado sistema escolar nos estados sulinos de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, primordialmente marcado pela germanidade, e que constituiu um traço típico da imigração alemã.

Os achados evidenciam a influência religiosa luterana nas duas instituições, mostrando, ainda, que no princípio os professores eram formados na Alemanha e depois vinham para o Brasil, onde conjugavam a atividade docente à eclesiástica, a serviço das instituições escolares locais, as denominadas escolas alemãs. E especificamente quanto ao ideário pedagógico moderno, chama-se atenção para uma organização curricular que, no *Lehrerpräparander*, se vinculava ao ensino intuitivo. Já na década de 1930, o *Lehrerseminar* foi influenciado pela campanha de nacionalização do ensino, o que resultou na alteração de seu funcionamento e gestão, culminando com o seu fechamento.

Por sua vez, o texto *Rastros de memórias sobre o ensino de matemática* traz para a constelação de estudos desse dossiê elementos da história da educação matemática, construindo uma perspectiva a respeito do ensino de Matemática nas décadas de 1930 e 1940, mediante “rastros de memória” de um ex-aluno de uma escola teuto-brasileira situada no município catarinense de Antônio Carlos, majoritariamente colonizado por imigrantes alemães.

As autoras destacam um contexto de um ativo poder disciplinar, associado ao período de nacionalização. Evidenciam, assim, normas para o ensino de matemática e em geral exaradas pelo governo catarinense no período, que marcaram com rigor o ensino de Matemática, pautando a consecução de um programa curricular com atividades vinculadas ao cotidiano e que, no caso em tela, estava vinculado à agricultura e a atividades manuais.

O leitor poderá verificar, ainda, que o processo de escolarização de várias colônias de imigrantes alemães nos três estados do Sul do Brasil, bem como as Campanhas de Nacionalização que foram impostas pelo governo Brasileiro na primeira metade do século XX, são temas ainda candentes, que geram estudos relevantes.

O artigo “*Deutsche Schule* urbana de Pelotas e *Deutschtum*: em consonância com *Deutsche Schulen* urbanas no Brasil? 1900-1930”, busca conexões e aproximações ou distanciamentos entre a *Deutsche Schule* urbana, - Collegio Allemão de Pelotas - e outras três *Deutsche Schulen* urbanas. Para tanto, foram mapeados e examinados comportamentos doutrinários, ideológicos e pedagógicos da cultura escolar das Escolas Alemãs do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Porto Alegre, com base em referenciais da História cultural e da História Conectada.

Os achados vinculados à *Deutsche Schule* de Pelotas se caracterizam como “procedimentos relacionais,” por meio da “interconexão” e do entrecruzamento de histórias e narrativas a partir de Relatórios Comemorativos de aniversário das *Deutsche Schulen* que foram estudadas. Foi possível depreender, apesar das peculiaridades, o “movimento interconectado” da formação de Comunidades Evangélicas Alemãs, de Sociedades Escolares Alemãs, de Sociedades de Beneficência Alemã e de *Deutsche Schulen*, entre as quatro instituições analisadas. Por se tratar de escolas étnicas, as *Deutsche Schulen* traziam em seu cerne a preservação do *Deutschtum*. Com este desiderato essas *Deutsche Schulen* construíram culturas escolares *sui generis*, pautadas no ensino em/da língua alemã, permeadas pelo bilinguismo, no compartilhamento dos saberes com a língua portuguesa.

Sob o título “*De Deutsche Schule a Collégio Iguassú: a nacionalização de uma instituição escolar étnica no norte de Santa Catarina*”, o texto desvela o contexto de criação da referida escola e as mudanças pelas quais passou desde 1887 até seu fechamento em 1939, principalmente em decorrência das duas campanhas de nacionalização das escolas étnicas verificadas no estado de Santa Catarina. Tomando como fonte principal o Livro de Atas da Associação 25 de Julho, mantenedora da escola, que contém o registro das Atas de 1938 a 1941, a autora revela como as medidas de nacionalização compulsória determinada pelo Decreto-Lei n.406, de 4 de maio de 1938 foram sendo paulatinamente impostas pelo governo do Estado de Santa Catarina até culminar na determinação do fechamento do então Collégio Iguassú.

O artigo demonstra que, se na primeira Campanha de Nacionalização (1911- 1935), a *Deutsche Schule* conseguiu, de alguma maneira, se adequar às mudanças propostas pelas diversas reformas educacionais do período, a segunda Campanha de Nacionalização (1937- 1945) foi fatal para a sua sobrevivência.

Em *A imigração alemã e o processo de escolarização em Ijuí-RS: da Escola Alemã ao Colégio Sinodal de Ijuí (1899 - 1938)*, os autores abordam aspectos peculiares do processo de escolarização da Colônia Ijuí, no Rio Grande do Sul. Fundada em 1890, ela foi o protótipo de colônia multiétnica e planejada. Este modelo tinha por objetivo promover, mais rapidamente, a assimilação dos imigrantes à cultura nacional. O presente estudo investigou se a educação ali ofertada contribuiu ou não para o sucesso do modelo de colônia etnicamente mista. O artigo destaca que, por falta de políticas que incentivassem a criação de escolas públicas e a alfabetização em língua portuguesa, em 1899 a Comunidade Evangélica de Confissão Luterana fundou a “Primeira Escola Particular de Ijuí” que tinha por finalidade a alfabetização em língua alemã visando à manutenção do ‘espírito alemão’ entre seus alunos, filhos de imigrantes de diversas nacionalidades, que se comunicavam em língua alemã. Com a emancipação política da Colônia Ijuí em 1912, a referida escola passou a pertencer à Sociedade Escolar Alemã e aderiu a alguns aspectos da primeira Campanha de Nacionalização. As disciplinas Língua Portuguesa e História e Geografia do Brasil foram incluídas no currículo e ficaram sob a responsabilidade de uma professora brasileira. Porém, as demais disciplinas eram ensinadas em língua alemã, preservavam o ‘espírito alemão’ e a religião evangélica.

Esta cultura escolar foi mantida até 1938, quando a Campanha de Nacionalização da Era Vargas exigiu mudanças profundas na instituição que a descaracterizaram quase que completamente. O estudo revela que a idealização das colônias multiétnicas visando à assimilação dos imigrantes à cultura nacional não produziu os efeitos desejados, pois até o final da década de 1930 essa escola promovia a manutenção da cultura da terra de origem.

A antiga Colônia São Leopoldo, “berço da colonização alemã” no Brasil é o palco do estudo, *Educação, lazer e sociabilidade: memórias e representações sobre a Praça do Imigrante em São Leopoldo / RS (1924-1960)*, tendo como objeto de análise a icônica Praça do Imigrante, situada às margens do Rio dos Sinos, local de desembarque dos imigrantes, em frente à Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição. A criação da Praça e de um monumento alusivo à imigração alemã fizeram parte dos festejos comemorativos do centenário da chegada dos imigrantes na região. Em 1926, o Seminário Evangélico de Formação de Professores Alemães foi instalado ao lado da referida Praça, por ser um ponto central, onde se cultivavam os bens espirituais e culturais dos antepassados. Assim, as

autoras se propuseram a pensar as relações estabelecidas com a Praça dos Imigrantes no recorte temporal estabelecido (1924 – 1960), utilizando como fontes, um acervo fotográfico e memórias recolhidas junto aos alunos do Seminário Evangélico de Formação de Professores, posterior Escola Normal Evangélica (ENE).

Constataram que os alunos que moravam e/ou estudavam na ENE tinham esse espaço como uma extensão da escola. Foi na Praça do Imigrante que se desenvolveu parte de sua educação, de suas atividades práticas, de seus momentos de lazer, local onde estabeleciam conversas, estreitavam vínculos de amizade, formavam suas redes de sociabilidade, assim como aparece em suas narrativas de memórias. Verificaram, portanto que as práticas escolares e os usos da praça pelos estudantes interligavam o espaço público da praça ao espaço privado da escola, representando, por meio das narrativas, a praça enquanto um espaço de educação, lazer e sociabilidade.

Fica nosso convite para que se conheça ainda mais sobre esses significativos aspectos da contribuição da imigração e colonização alemãs para a formação do Brasil, ao longo desses quase dois séculos sobre os quais nos debruçamos e que estamos na iminência de festejar. Com letras e reverência histórica.

Referências:

ALVES, Débora Bendocchi. A imigração alemã para o Brasil. In: JOCHEM, Toni Vidal; ALVES, Débora Bendocchi. **São Pedro de Alcântara: 170 anos depois 1829 – 1999**. São Pedro de Alcântara: Coordenação dos Festejos, 1999.

PROJETO **A Caminho de 2024 - 200 Anos - Migrações Alemãs para o Brasil**. São Leopoldo: Editora Oikos, 2018.

SANTOS, Ademir Valdir dos. Educação e colonização no Brasil: as escolas étnicas alemãs. **Cadernos de Pesquisa**, v.42, n.146, p.538-561, maio-ago. 2012.

WILLEMS, Emílio. **A aculturação dos alemães no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, 1980.